

# CARGO: AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS

## MUNICIPAIS

### PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025 PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHINHAS/PR

**Atenção: Confira seu cargo e leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.**

1. Seu caderno deve conter 40 (quarenta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

| Disciplina                | Composição |
|---------------------------|------------|
| Língua Portuguesa         | 01 a 05    |
| Matemática                | 06 a 07    |
| Informática Básica        | 08 a 10    |
| Conhecimentos Gerais      | 11 a 12    |
| Conhecimentos Específicos | 13 a 40    |

2. A Prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova.
4. Para uso do sanitário e/ou beber água, você deverá solicitar ao Fiscal de Sala e somente levantar após autorização.
5. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
6. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
7. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura. Caso o fiscal constate alguma irregularidade irá anotar em Ata da Sala, para devidas providências da Comissão Organizadora.
8. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
9. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
10. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, **assine no campo destinado à assinatura do candidato**. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
11. Caso algum equipamento eletrônico emita som, mesmo que desligado e lacrado no plástico de pertences, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
12. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta de corpo transparente. **Atenção:** verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
13. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada, em branco ou preenchidas de forma diferente das instruções serão anuladas.
14. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
15. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
16. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
17. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
18. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 01 | 02 | 03 | 04 | 05 | 06 | 07 | 08 | 09 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |

# Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

Cérebro: Descoberto “botão” que nos faz procrastinar

Uma conexão entre duas regiões profundas do cérebro parece ser a responsável pelo bloqueio que sentimos diante de tarefas desagradáveis, a que chamamos procrastinação.

Inúmeras vezes, descobrimos que sabemos o que é preciso fazer, compreendemos a urgência, entendemos a recompensa... mas algo dentro de nós se recusa a dar o primeiro passo. Essa estranha paralisia não é simples preguiça, nem falta de interesse. É uma barreira invisível, muitas vezes intransponível, que separa o pensamento da ação. Um grupo de cientistas conseguiu vislumbrar o que acontece no cérebro nesses momentos e, com isso, pode ter-se aberto uma porta inesperada para a compreensão de distúrbios mentais profundamente incapacitantes.

Num estudo publicado na *Current Biology* e liderado por Ken-Ichi Amemori, do Instituto para o Estudo Avançado da Biologia Humana da Universidade de Quioto, foi identificado um circuito cerebral específico que atua como um verdadeiro travão interno.

Esta via, que liga o estriado ventral (EV) ao pálido ventral (PV), parece impedir o início de uma ação quando o contexto antecipa desconforto ou esforço, mesmo que a recompensa seja clara. De forma reveladora, inibir esta conexão em macacos treinados com tarefas difíceis restaurou a sua vontade de agir, sem alterar a sua avaliação do objetivo final.

## CÉREBROS DE MACACOS

Os investigadores trabalharam com macacos que foram treinados para realizar dois tipos de tarefas: uma baseada apenas em recompensas e outra em que a mesma recompensa era acompanhada por um castigo leve (uma rajada de ar no rosto). Na tarefa que provocava aversão, muitos dos animais optaram por não agir. Mas ao aplicar uma técnica chamada quimiogenética, que permite silenciar temporariamente conexões neuronais específicas, o canal EV-PV foi desativado e os macacos voltaram a participar, como se o freio tivesse sido solto.

Essas observações revelam que o EV atua diante de sinais antecipados de desconforto e, através da sua conexão com o PV (responsável por ativar comportamentos direcionados a um objetivo), pode bloquear o próprio início do comportamento. Não é que o cérebro não valorize a meta: recusa-se a dar o primeiro passo quando antecipa sofrimento. Uma distinção subtil, mas essencial.

O estudo registou a atividade cerebral com eléctrodos. Perante sinais de tarefas incómodas, a atividade do estriado ventral aumentava rapidamente. Ao mesmo tempo, a do pálido ventral diminuía mais lentamente, como se o aviso de desconforto do EV silenciasse gradualmente a ordem de “começar” emitida pelo PV. Este padrão, persistente e repetido, sugere uma arquitetura neuronal projetada para nos proteger do que antecipamos como prejudicial.

## UMA MUDANÇA DE PARADIGMA

De uma perspectiva clínica, esta descoberta representa uma mudança de paradigma. Muitas vezes, a falta de motivação é tratada como um problema de avaliação errada do valor de uma tarefa: tenta-se aumentar a atratividade da meta ou adicionar incentivos.

Mas se o problema está na etapa anterior, na decisão de começar, essas intervenções são inúteis. Segundo Amemori, “quando a motivação está alterada no nível da iniciação, reduzir

os sinais de desconexão antecipada pode ser mais eficaz do que aumentar as recompensas”.

Os autores do estudo sugerem que este circuito pode estar desequilibrado em distúrbios como a depressão, a esquizofrenia ou mesmo a doença de Parkinson, onde aparece frequentemente um sintoma conhecido como abulia: uma incapacidade de iniciar ações, embora a pessoa compreenda perfeitamente a sua importância.

Identificar este freio neuronal abre a porta a novas terapias. Algumas possibilidades são intervenções como estimulação cerebral profunda, estimulação magnética transcraniana, ultrassom focal ou mesmo medicamentos que modulam esta via.

No entanto, não se trata de eliminar esse freio do nada. Os investigadores insistem que este mecanismo cumpre uma função adaptativa essencial. Durante milhões de anos, ajudou os organismos a não desperdiçar recursos em tarefas de alto custo. O problema surge quando o freio é excessivo e é ativado mesmo em tarefas cotidianas. Por isso, qualquer intervenção deve ser calibrada com extrema cautela: desligá-lo completamente poderia levar à impulsividade ou ao esgotamento extremo.

Nem todos os macacos responderam da mesma forma ao estímulo aversivo, o que sugere uma variabilidade individual na sensibilidade ao stress e na ativação desse circuito. Essa diferença aponta para uma base biológica concreta para a vulnerabilidade ao bloqueio motivacional. Não é uma questão de carácter: é uma questão de conexões neuronais.

Adaptado de [https://www.nationalgeographic.pt/ciencia/cerebro-descoberto-botao-que-nos-faz-procrastinar\\_6764](https://www.nationalgeographic.pt/ciencia/cerebro-descoberto-botao-que-nos-faz-procrastinar_6764)

1. No trecho “...mas algo dentro de nós se recusa a dar o primeiro passo”, o vocábulo em destaque é uma conjunção que estabelece uma relação de
  - a) adição, pois complementa a ideia de que compreendemos a urgência da tarefa.
  - b) explicação, justificando por que sabemos o que é preciso fazer.
  - c) conclusão, fechando o raciocínio sobre a recompensa da atividade.
  - d) oposição ou contraste, indicando que, apesar de entendermos a tarefa, a ação não ocorre.
2. De acordo com a compreensão geral do texto, o sintoma conhecido como “abulia” é caracterizado como
  - a) uma falha na avaliação do valor de uma meta ou recompensa.
  - b) a incapacidade de iniciar ações, mesmo quando a pessoa entende a importância delas.
  - c) um comportamento impulsivo gerado pelo desligamento do circuito cerebral.
  - d) uma reação de preguiça comum a todos os seres humanos diante de tarefas fáceis.
3. No período “É uma barreira invisível, muitas vezes intransponível, que separa o pensamento da ação”, a oração iniciada pelo pronome relativo “que” exerce a função de
  - a) oração subordinada substantiva objetiva direta.
  - b) oração subordinada adverbial consecutiva.
  - c) oração subordinada adjetiva restritiva.
  - d) oração coordenada sindética explicativa.

4. Analisando a concordância verbal e a estrutura do sujeito no trecho “Uma conexão entre duas regiões profundas do cérebro parece ser a responsável pelo bloqueio...”, caso o núcleo do sujeito fosse alterado para o plural (“conexões”), a forma verbal correta para manter a norma culta seria
- parecem, concordando com o núcleo do sujeito “conexões”.
  - parecem, concordando com o termo preposicionado “regiões profundas”.
  - parece, pois o verbo deve obrigatoriamente ficar no singular após o artigo “uma”.
  - parecera, mantendo a concordância com o sentido de dúvida do texto.
5. No fragmento “...inibir esta conexão em macacos treinados com tarefas difíceis restaurou a sua vontade de agir...”, o emprego do pronome possessivo “sua” refere-se anaforicamente à/aos
- tarefas difíceis.
  - conexão cerebral.
  - macacos treinados.
  - vontade de agir.

## Matemática

6. Considere a matriz  $A = \begin{bmatrix} 1 & 1 & 1 \\ 4 & x & 2 \\ 2 & 1 & 3 \end{bmatrix}$ . Sabendo que o determinante da matriz A é igual a 1, então o valor de x é igual a
- 5
  - 6
  - 7
  - 8
7. Considere a equação  $x^2 - x - 12 = 0$ . A soma das raízes da equação é igual a:
- 7
  - 5
  - 3
  - 1

## Informática Básica

8. Considere a imagem a seguir, que representa parte do grupo “Área de Transferência” disponível no Microsoft Word 365 (versão português):

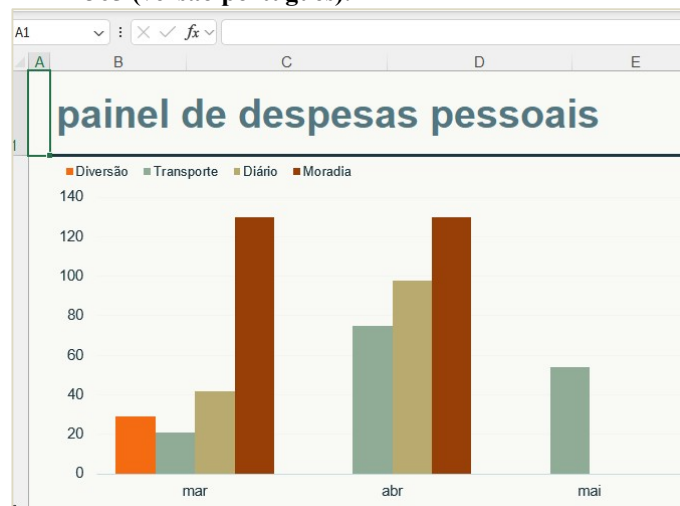


Fonte: Grupo Área de Transferência – Microsoft Word 365 (versão português).

Nesse contexto, relacione corretamente os atalhos de teclado com as ações correspondentes e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta. (O sinal de + representa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).

- Ctrl + C
  - Ctrl + V
  - Ctrl + X
  - ( ) Colar.
  - ( ) Recortar.
  - ( ) Copiar.
- 1 – 2 – 3.
  - 2 – 1 – 3.
  - 2 – 3 – 1.
  - 3 – 1 – 2.

9. Considere a imagem a seguir, que apresenta um painel de despesas pessoais criado no Microsoft Excel 365 (versão português).



Fonte: Gráfico de despesas pessoais – Microsoft Excel 365 (versão português).

Com base nas características apresentadas, assinale a alternativa que corresponde ao tipo de gráfico utilizado na planilha.

- Gráfico de Linhas.
- Gráfico de Colunas.
- Gráfico de Dispersão.
- Gráfico de Barras.

10. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.  
No PowerPoint 365, o recurso \_\_\_\_\_ controla a forma como um slide \_\_\_\_\_ para o próximo, permitindo ajustar a \_\_\_\_\_ do efeito e escolher o \_\_\_\_\_ em que será aplicado.
- a) transições / avança / duração / slide
  - b) animações / aparece / cor / texto
  - c) slide mestre / organiza / posição / tema
  - d) exibição / altera / cor / objeto

## Conhecimentos Gerais

11. De acordo com a Lei Orgânica de Congonhinhas/PR, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.  
Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente \_\_\_\_\_, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Município e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso \_\_\_\_\_ dos recursos ambientais.
- a) equilibrado / racional
  - b) degradado / racional
  - c) equilibrado / irracional
  - d) insustentável / irracional
12. De acordo com o artigo 150 da Lei Orgânica de Congonhinhas/PR, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas.  
A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da \_\_\_\_\_, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para \_\_\_\_\_.
- a) justiça / a vida adulta
  - b) iniciativa privada / as férias
  - c) sociedade / o trabalho
  - d) imprensa / o ensino superior

## Conhecimentos Específicos

13. Sobre a competência tributária à luz das normas gerais de Direito Tributário em vigor no Brasil, é correto afirmar que
- a) é indelegável, porém, uma vez outorgada a uma entidade federativa, pode ser livremente transferida a outra por meio de convênio.
  - b) é facultativa, de modo que a União, os Estados e os Municípios podem optar por instituir ou não os tributos de sua competência.
  - c) é a aptidão para criar tributos e é indelegável, podendo ser desvinculada da capacidade de arrecadá-los e fiscalizá-los, que pode ser delegada.
  - d) é a capacidade conferida pela Constituição Federal a cada ente político para instituir, arrecadar e fiscalizar tributos. Não é delegável em nenhum de seus aspectos, porém pode ser avocada, ou seja, um ente da Federação (ex. União) poderá instituir tributos municipais em caso de Município que tenha sofrido intervenção federal.

14. A imunidade tributária recíproca, prevista no artigo 150, VI, "a", da CF/88, veda à União, Estados, DF e Municípios a instituição de impostos sobre
- a) o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros, em qualquer hipótese.
  - b) o patrimônio, a renda e os serviços uns dos outros, exceto quando o patrimônio esteja vinculado a atividade econômica regida pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados.
  - c) somente a renda das empresas públicas prestadoras de serviço público.
  - d) apenas o patrimônio de autarquias e fundações públicas, desde que vinculadas à sua entidade de origem.
15. É correto afirmar que a cobrança de taxa, em razão do exercício regular do poder de polícia, pressupõe
- a) a autorização legal específica, a atuação estatal fiscalizadora e repressiva concretamente dirigida ao contribuinte.
  - b) a contraprestação direta e específica de um serviço público divisível ao contribuinte.
  - c) a comprovação, em cada caso, do custo da atividade estatal para justificar o valor cobrado.
  - d) a mera existência de lei que discipline uma atividade sujeita ao poder de polícia, independentemente de atuação concreta.
16. O Simples Nacional, criado pela Lei Complementar nº 123/2006, é um regime tributário diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte. No que concerne à sua adesão e abrangência perante os entes federados, é correto afirmar que
- a) é um regime vedado a empresas que exerçam atividades de prestação de serviços sujeitas ao ISSQN.
  - b) trata-se de um regime de adesão optativa para Estados e Municípios, que unifica o pagamento de tributos federais, estaduais e municipais.
  - c) os impostos municipais (ISS e IPTU) são sempre incluídos na guia unificada para empresas optantes pelo Simples Nacional.
  - d) todos os estados e municípios são obrigados a aderir ao regime, que unifica a arrecadação de determinados tributos federais, estaduais e municipais devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte.
17. Sobre as características distintivas entre as taxas e as tarifas (ou preços públicos), informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.
- ( ) Tanto as taxas quanto os preços públicos têm natureza contraprestacional, pois remuneram uma atividade prestada pelo Estado. Em ambos os casos, exige-se a referibilidade, isto é, deve ser possível identificar perfeitamente o beneficiário do serviço, que será o devedor da taxa ou do preço público.
  - ( ) Enquanto o produto da taxa constitui receita derivada, o produto do preço público é considerado receita originária, pois provém diretamente da exploração do próprio patrimônio do Estado.
  - ( ) No preço público, a relação é administrativa unilateral, sendo dispensável a prévia manifestação de vontade do particular para que surja o vínculo obrigacional. A prestação pecuniária é obrigatória.
- a) V – V – F.
  - b) F – V – F.
  - c) V – F – F.
  - d) F – F – V.

18. O ordenamento jurídico tributário brasileiro é balizado por princípios constitucionais que visam garantir segurança e previsibilidade aos contribuintes. Dentre eles, o princípio da irretroatividade da lei tributária, previsto no art. 150, III, "a", da Constituição Federal, constitui um corolário fundamental da segurança jurídica. O principal propósito e alcance deste princípio é
- assegurar que a tributação não exceda o patrimônio líquido do contribuinte.
  - garantir que a instituição ou majoração de tributos seja feita unicamente através do rito legal estabelecido na Constituição.
  - impedir que lei tributária posterior produza efeitos sobre situações jurídicas já consolidadas antes de sua vigência.
  - estabelecer um prazo mínimo de 90 dias entre a publicação da lei e o início de sua cobrança.
19. À luz do que estabelece o Código Tributário Nacional sobre a legislação tributária, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- Um convênio celebrado entre Estados para evitar a bitributação do ICMS integra a legislação tributária, e sua observância pelo contribuinte afasta a aplicação de penalidades e a cobrança de juros de mora em caso de situações controversas sobre sua aplicação.
  - Um decreto regulamentar municipal que, para detalhar a forma de cálculo do ISSQN, estabeleça um novo elemento integrante da base de cálculo que torne o tributo mais oneroso, equipara-se a uma majoração tributária e, por isso, ofende o Código Tributário Nacional.
  - Um tratado internacional sobre matéria tributária celebrado pelo Brasil possui status de lei complementar, podendo revogar uma lei ordinária tributária anterior, mas sendo por ela revogado caso seja posterior.
- Apenas I está correta.
  - Apenas I e II estão corretas.
  - Todas estão corretas.
  - Apenas II está correta.
20. Com relação às semelhanças e diferenças entre o Imposto sobre a Transmissão de Bens *Inter Vivos* (ITBI) e o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa incorreta.
- Ambos estão sujeitos aos princípios tributários constitucionais da anterioridade e da noventena.
  - Enquanto o IPTU compete ao Município onde situado o bem, o ITBI compete ao Município onde localizado o vendedor.
  - Enquanto o IPTU admite a progressividade das alíquotas, em função do valor venal do imóvel, o ITBI, tal possibilidade é considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
  - A base de cálculo do ITBI é o valor venal, que deve corresponder ao valor de venda do imóvel, circunstância que, segundo o STJ, não coincide necessariamente com o montante utilizado para o lançamento do IPTU, que é apurado de ofício pelas autoridades municipais.
21. À luz da Constituição Federal de 1988, a instituição de Empréstimos Compulsórios cabe
- à União e ao Distrito Federal, que deverão fazê-lo através de emendas às respectivas constituições, para atendimento de despesas extraordinárias decorrentes de guerra ou calamidade pública, ou ainda para arcar com investimentos de caráter relevante e regional.
  - à União, ao Distrito Federal e aos Estados Federados, que deverão fazê-lo através de Leis Complementares, para atendimento de despesas extraordinárias decorrentes de guerra ou calamidade pública, ou ainda para arcar com investimentos de caráter relevante e regional.
  - privativamente à União, que deverá fazê-lo através de Lei Complementar, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, ou no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
  - privativamente à União, que deverá fazê-lo através de Emenda à Constituição Federal, e seu produto deverá ser utilizado exclusivamente para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
22. No direito tributário brasileiro, existe uma exação que se distingue por seu caráter estritamente vinculado a uma contraprestação estatal específica. Ela é cobrada pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, exclusivamente para custear obra pública que gere valorização para imóveis particulares. Sua base de cálculo é duplamente limitada: o montante total arrecadado não pode superar o custo da obra, e o valor devido por cada proprietário não pode exceder o benefício financeiro (acréscimo de valor) conferido ao seu imóvel em decorrência daquela obra.
- Taxa de Valorização Imobiliária.
  - Contribuição de Custeio de Infraestrutura.
  - Taxa de Obra Pública.
  - Contribuição de Melhoria.
23. À luz das disposições do Código Tributário do Município de Congonhinhas/PR (Lei nº 482/2006), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- Em caso de dúvida sobre a aplicação da lei tributária a uma situação concreta, o contribuinte pode dirigir uma consulta à autoridade administrativa, a qual será obrigatoriamente vinculante para o Fisco se deferida.
  - Para integrar uma lacuna na legislação tributária municipal, a autoridade competente pode utilizar, os princípios gerais de direito tributário, mas jamais poderá utilizar a analogia para criar a exigência de um tributo não previsto em lei.
  - Na definição de infrações e cominação de penalidades, a lei municipal estabelece que, em caso de dúvida, a interpretação será a mais favorável ao infrator, abrangendo desde a natureza do fato até a graduação da penalidade.
- Apenas I está correta.
  - Apenas I e II estão corretas.
  - Apenas II e III estão corretas.
  - Todas estão corretas.

24. Ainda com fundamento na disciplina do Código Tributário do Município de Congonhinhas/PR, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.
- ( ) Uma pessoa jurídica de fato, que atue como unidade econômica no município, possui capacidade para figurar como sujeito passivo de obrigação tributária, independentemente de sua regular constituição nos termos do direito civil.
- ( ) Em uma relação de solidariedade tributária, a concessão de isenção a um dos devedores, de forma pessoal, extingue a obrigação para todos os demais coobrigados.
- ( ) Se um contribuinte eleger um domicílio tributário que, a critério da autoridade fazendária, dificulte a fiscalização do tributo, a administração poderá desconsiderá-lo e considerar como domicílio o lugar da situação dos bens que deram origem à obrigação.
- a) F – F – V.  
b) V – F – F.  
c) F – V – V.  
d) V – F – V.
25. Nos termos do Código Tributário do Município de Congonhinhas/PR (Lei nº 482/2006), a exigibilidade do crédito tributário pode ser suspensa por determinados atos ou situações nele previstos. Assim, assinale a alternativa que indica corretamente uma das modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário previstas expressamente no referido código municipal.
- a) Ajuizamento de ação anulatória de débito fiscal.  
b) Depósito do montante integral do crédito disputado.  
c) Requerimento de parcelamento administrativo do débito.  
d) Protocolo de pedido de isenção tributária.
26. De acordo com as disposições do Código Tributário do Município de Congonhinhas/PR (Lei nº 482/2006) relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Para ser considerado zona urbana e, portanto, sujeita à incidência do IPTU, a área deve possuir, no mínimo, dois dos melhoramentos públicos listados na lei, tais como meio-fio com canalização de águas pluviais e rede de iluminação pública.
- II. Um imóvel cuja edificação esteja em ruínas, conforme definição legal, é tributado como "prédio", pois mantém a característica de imóvel edificado, ainda que deteriorado.
- III. O imposto é anual e, nos termos da lei civil, transmite-se aos adquirentes do imóvel, o que significa que o novo proprietário fica responsável pelas parcelas vincendas, mas não pelos débitos relativos a exercícios anteriores à aquisição.
- a) Apenas I está correta.  
b) Apenas I e II estão corretas.  
c) Apenas II e III estão corretas.  
d) Apenas II está correta.
27. Sobre o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) no Município de Congonhinhas/PR, conforme a Lei nº 482/2006, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. Na permuta de um imóvel localizado no Município por um bem móvel de elevado valor, não há incidência de ITBI, pois o fato gerador descrito na lei exige a troca entre bens imóveis.
- II. O ITBI incide apenas sobre as transmissões de imóveis que envolvam uma contraprestação em dinheiro, excluindo-se, portanto, as hipóteses de dação em pagamento, permuta e outras formas de transmissão não monetárias.
- III. Na hipótese de arrematação de um imóvel em leilão judicial, o sujeito passivo do imposto (contribuinte) é o arrematante (adquirente), podendo o transmitente (devedor executado) ser responsabilizado solidariamente por débitos anteriores relacionados ao imóvel.
- a) Apenas III está correta.  
b) Apenas II e III estão corretas.  
c) Apenas I está correta.  
d) Apenas I e III estão corretas.
28. Acerca do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Congonhinhas/PR, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma, com base no Código Tributário Municipal e assinale a alternativa com a sequência correta.
- ( ) O imposto incide sobre a prestação dos serviços constantes da lista anexa à lei municipal, independentemente de essa atividade ser a principal ou acessória na atuação profissional ou empresarial do prestador.
- ( ) A incidência do ISSQN sobre um serviço público concedido (como pedágio) é expressamente prevista na lei, desde que a concessionária cobre uma tarifa do usuário final pelo uso do bem ou serviço.
- ( ) Um serviço contratado e pago por uma empresa residente no exterior, mas cuja execução e resultado se verifiquem integralmente dentro do território do Município, está isento do ISSQN por se tratar de uma "exportação de serviços".
- a) V – F – V.  
b) V – V – V.  
c) V – V – F.  
d) F – V – F.
29. Um Auditor Fiscal de um determinado Município, no regular exercício de suas funções, autuou um contribuinte e lhe aplicou uma multa tributária em dinheiro, que foi paga em espécie diretamente ao agente. Em vez de providenciar o devido recolhimento aos cofres públicos, o servidor apropriou-se do valor recebido, utilizando-o para custear despesas pessoais. Diante do caso narrado, o crime cometido pelo servidor e a respectiva pena cominada são:
- a) Corrupção Ativa – Pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.  
b) Furto Qualificado – Pena de detenção, de três meses a um ano.  
c) Corrupção Passiva – Pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.  
d) Peculato – Pena de reclusão, de dois a doze anos, e multa.

30. O art. 316 do Código Penal define o crime de "Concussão". Em relação aos crimes contra a Administração Pública, esse delito consiste em
- exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, vantagem indevida, abusando da qualidade de funcionário.
  - exigir tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
  - deixar de praticar determinado ato de ofício com o intuito de obter vantagem indevida para si ou para outrem.
  - utilizar-se de informação privilegiada obtida em razão do cargo para obter proveito próprio ou de terceiro.
31. Conforme disposto na Lei nº 8.397, de 6 de janeiro de 1992 que, institui medida cautelar fiscal e dá outras providências, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- "O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a \_\_\_\_\_, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias."
- penhora de bens na execução judicial
  - citação válida do executado na execução fiscal
  - homologação do lançamento tributário
  - constituição do crédito
32. Conforme disposto na Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, assinale a alternativa que representa o prazo para o executado oferecerá embargos, que deverá ser contado a partir do depósito e da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia.
- 10 (dez) dias.
  - 15 (quinze) dias.
  - 30 (trinta) dias.
  - 20 (vinte) dias.
33. Sobre a ação de consignação em pagamento, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.
- I. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo no caso de recusa de recebimento, ou subordinação deste ao pagamento de outro tributo ou de penalidade.
- II. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo no caso de recusa ao cumprimento de obrigação acessória.
- III. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo no caso de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigências administrativas sem fundamento legal.
- IV. A importância de crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo no caso de exigência, por mais de uma pessoa jurídica de direito público, de tributo idêntico sobre um mesmo fato gerador.
- Somente uma assertiva está correta.
  - Somente duas assertivas estão corretas.
  - Somente três assertivas estão corretas.
  - Todas as assertivas estão corretas.
34. Assinale a alternativa que apresenta como deverá ser precedida a ação anulatória do ato declarativo da dívida.
- Do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.
  - Do pagamento prévio de 30% (trinta por cento) do débito e parcelamento automático do saldo remanescente, como requisito de admissibilidade da ação.
  - Da apresentação de garantia real obrigatória (hipoteca/penhor) em favor da Fazenda Pública, previamente registrada, como pressuposto para propositura da ação anulatória.
  - Da prévia interposição de recurso administrativo, com esgotamento de todas as instâncias na esfera administrativa, como condição para ajuizamento da ação anulatória.
35. Um contribuinte, com a finalidade de suprimir ou reduzir tributo, omite informações relevantes em documentos fiscais, enquadrando-se na conduta omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias. Com isso, assinale a alternativa que indica a pena cominada para essa conduta.
- Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
  - Reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
  - Reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.
  - Detenção, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.
36. Conforme disposto o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- "A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova \_\_\_\_\_."
- plena e definitiva
  - documental e superveniente
  - pré-constituída
  - emprestada
37. Assinale a alternativa que apresenta um motivo que extingue o crédito tributário.
- O depósito do seu montante integral.
  - A conversão de depósito em renda.
  - O parcelamento.
  - A moratória.
38. Conforme disposto o Código Tributário Nacional, sobre as modalidades de lançamento Crédito Tributário, assinale a alternativa incorreta.
- A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.
  - Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.
  - Influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
  - Se a lei não fixar prazo a homologação, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

- 39. Conforme disposto o Código Tributário Nacional, sobre a Competência Tributária, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.**
- I. O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.**
  - II. Constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.**
  - III. A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.**
  - IV. Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerá à competência legislativa daquela a que tenham sido atribuídos.**
- a) Somente uma assertiva está correta.
  - b) Somente duas assertivas estão corretas.
  - c) Somente três assertivas estão corretas.
  - d) Todas as assertivas estão corretas.
- 40. Conforme disposto o Código Tributário Nacional, sobre o imposto, assinale alternativa incorreta.**
- a) Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação dependente da atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
  - b) Os impostos componentes do sistema tributário nacional são exclusivamente os que constam no Código Tributário Nacional, com as competências e limitações nele previstas.
  - c) Compete à União, instituir, nos Territórios Federais, os impostos atribuídos aos Estados e, se aqueles não forem divididos em Municípios, cumulativamente, os atribuídos a estes.
  - d) Compete ao Distrito Federal e aos Estados não divididos em Municípios, instituir, cumulativamente, os impostos atribuídos aos Estados e aos Municípios.